

INSTITUTO FEDERAL

Rio de Janeiro

Campus Duque de Caxias

**Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu*
Especialização em Educação Física Escolar**

Campus Duque de Caxias

Jorge Daniel Miguel Elpidio

**EDUCAÇÃO FÍSICA NO PRIMEIRO SEGMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL, TER OU
NÃO TER: o caso do município de Magé/RJ**

Duque de Caxias – RJ
2018

Jorge Daniel Miguel Elpidio

EDUCAÇÃO FÍSICA NO PRIMEIRO SEGMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL, TER OU NÃO TER: o caso do município de Magé/RJ

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao programa de Pós-graduação *lato sensu* em Educação Física Escolar do Instituto Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de especialista.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Nunes Sayão

Duque de Caxias – RJ
2018

CIP - Catalogação na Publicação

D184e Daniel Miguel Elpidio, Jorge
Educação física no primeiro do ensino fundamental, ter ou não
ter : o caso do município de Magé/RJ / Jorge Daniel Miguel Elpidio. -
- Duque de Caxias, 2018.
23 f. 30 cm.

Orientação: Marcelo Nunes Sayão.

Trabalho de Conclusão de Curso (especialização) --Instituto
Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro,
Especialização em Educação Física Escolar, 2018.

1. Educação física (Ensino fundamental). 2. Educação física -
Magé. I. Título.


Nilópolis/LAC, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Bibliotecária: Cassia R. N. dos Santos CRB-7/4903

Jorge Daniel Miguel Elpidio

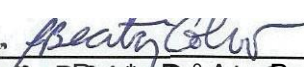
EDUCAÇÃO FÍSICA NO PRIMEIRO SEGMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL, TER
OU
NÃO TER: o caso do município de Magé/RJ

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao programa de Pós-
graduação *lato sensu* em Educação
Física Escobar do Instituto Federal
do Rio de Janeiro como parte dos
requisitos necessários para a
obtenção do título de especialista.


Data da aprovação: 30/ II /2018



Prof. Dr. Haroldo Augusto Sáez (orientador)
(orientador
) PPGEFesc - Instituto Federal do Rio de
Janeiro



Prof.ª Dr.ª Ana Beatriz Cordeiro de Oliveira
Tavares PPGEFesc — Instituto Federal do Rio
de Janeiro



Prof. Ms. Glheisson dos Santos
Barros PPGHCA - UNIGRANRIO

Duque de Caxias — RJ

2018

DEDICATÓRIA

Dedico à referida produção acadêmica primeiramente a Deus, pelo dom da vida, e pelas inúmeras vezes que me trouxe luz quando parecia estar tão distante e obscuro para o fim desse trabalho. A minha maravilhosa família, pela paciência e apoio para a realização deste projeto. Aos amigos de turma, que levarei para o resto de minha vida, e que por inúmeras vezes não deixaram que desistisse, e aos meus Mestres do IFRJ, que me transformaram em um novo homem e um educador mais crítico e consciente do meu papel na sociedade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todo o Corpo Docente do programa de Pós-Graduação *lato sensu* em Educação Física Escolar, bem como a todo Corpo Diretivo do Instituto Federal do Rio de Janeiro - Campus Duque de Caxias, pela extraordinária possibilidade da construção do saber acadêmico. Em especial, agradeço ao meu orientador, professor Dr Marcelo Nunes Sayão, pela presença segura, inspiradora e generosa, transmitindo por diversas vezes encorajamento diante de todas as minhas inseguranças, limitações e anseios acadêmicos.

ELPIDIO, J.D.M. Educação Física no primeiro segmento do ensino fundamental, ter ou não ter: o caso do município de Magé. 22 p. Trabalho de conclusão de curso. Programa de Pós-Graduação *lato sensu* em Educação Física Escolar, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), Campus Duque de Caxias, Duque de Caxias, RJ, 2018.

RESUMO: O presente estudo surge em função da retirada dos professores de educação física das turmas de primeiro segmento do ensino fundamental da rede municipal de Magé, no fim de 2016. Busca averiguar os efeitos dessa retirada no trabalho corporal a ser desenvolvido com os alunos deste nível de ensino, considerando que esse trabalho corporal é um componente curricular obrigatório definido pela legislação brasileira. A pesquisa foi realizada por meio de uma entrevista semi estruturada com cinco professoras unidocentes da rede municipal que, anteriormente, haviam trabalhado (OU COMPRATIHADO A TURMA) com professores de educação física. A investigação aponta para a falta de sistematização do trabalho corporal, para as dificuldades para a realização desse trabalho pelas professoras unidocentes e para a inexistência de apoio institucionalizado da rede municipal, seja pela secretaria ou mesmo pela escola.

Palavras-Chaves: Educação física escolar; Primeiro segmento; Unidocência.

ELPIDIO, J.D.M. Physical Education in the first segment of elementary school, to have or not to have: the case of the municipality of Magé/RJ. 22 p. Final paper. Programa de Pós-Graduação *lato sensu* em Educação Física Escolar, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), Campus Duque de Caxias, Duque de Caxias, RJ, 2018.

ABSTRACT: The present study is based on the withdrawal of physical education teachers from the first elementary school classes of the municipal schools of Magé, at the end of 2016. It seeks to investigate the effects of this withdrawal on the body work with the students at this level of education, considering that this corporal work is a compulsory curricular component defined by the Brazilian legislation. The research was carried out through a semi-structured interview with five unidocent municipal school teachers, who had previously worked with physical education teachers. The research points to the lack of systematization of corporal work, to the difficulties for the accomplishment of this work by the unidocent teachers and to the lack of institutional support for the teachers of municipal schools, either by the municipal secretary of education or even the school management

Keywords: School physical education; First segment; Single primary teacher.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	09
2. REVISÃO DA LITERATURA	10
3. OBJETIVOS	15
4. METODOLOGIA	16
5. RESULTADOS E DISCUSSÕES	18
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
7. REFERÊNCIAS	26

1. INTRODUÇÃO

No início de 2013 ingressei como professor de educação física em uma escola de ensino fundamental do município de Magé-RJ. Fui então designado para assumir turmas do primeiro segmento do ensino fundamental, do 1º ao 5º ano de escolaridade, permanecendo durante quatro anos ininterruptos como professor deste segmento.

A partir de 2017, com a mudança de governo, a nova gestão da prefeitura decide retirar os professores de educação física das séries iniciais do ensino fundamental das escolas municipais. Nesse momento, eu e todos os demais professores de educação física deixam de atender a este segmento do ensino na rede municipal.

Essa medida é tomada apesar de constar no Plano Municipal de Educação, Lei nº2326/16, na estratégia 1.10 de sua primeira meta, que a implementação do professor de educação física em todas as unidades escolares que atendem educação infantil é um objetivo a ser gradativamente atingido até o final da vigência desse plano.

Desta forma, a nova gestão da prefeitura de Magé ao invés de avançar na direção do cumprimento da meta definida por seu Plano Municipal de Educação institui um recuo, já que ao invés de ampliar a presença dos professores de educação física nas escolas que possuem educação infantil, retira esses docentes de todo o primeiro segmento do ensino fundamental.

Esse fato é mais um exemplo do que ocorre em várias prefeituras do país e retrata um debate que ocorre há muito tempo na área de educação física e também na legislação sobre o tema.

Assim, se por um lado a Lei 10.328 de 2001 introduz na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394/1996, em seu artigo nº26, a obrigatoriedade da educação física como componente curricular na educação básica, por outro a Resolução da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação 07/2010, que fixa as Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental em 9 anos, em seu artigo 31, estabelece a possibilidade de que a disciplina educação física nas turmas de 1º a 5º ano do ensino fundamental podem ficar a cargo dos professores de referência, que ministram as demais disciplinas.

Nesse contexto, busco neste trabalho, a luz do debate estabelecido na área de educação física sobre a temática, investigar como vem sendo realizado o trabalho com a disciplina educação física no primeiro seguimento do ensino fundamental das escolas municipais de Magé. Com isso, pretendo então verificar como estão sendo ministradas essas aulas, ou não, e principalmente, quais as consequências da retirada dos especialistas de educação física do primeiro seguimento do ensino fundamental sobre o trabalho corporal

desenvolvido neste nível de ensino s, já que esta é uma disciplina curricular obrigatória, independentemente de ser ministrada pelo professor especialista ou pelo unidocente da turma.

2. REVISÃO DA LITERATURA

Freire (1992) aponta, em Educação Física de corpo inteiro, para a importância de se superar a dicotomia corpo e mente, defendendo que ambos devem ser entendidos como componentes que integram um único organismo. Devem então, corpo e mente, estarem presentes no trabalho realizado pela escola. Além disso, o autor fala sobre a importância do professor saber aproveitar todo o conhecimento que a criança já possui, garantindo a motivação dos alunos em aprender.

Ainda segundo Freire (1992), os atos motores são indispensáveis, já que são eles que fazem a ligação entre as atividades simbólicas e o mundo. Para o autor, não seria possível construir representações mentais, simbólicas da realidade, sem a intermediação da experiência corporal.

Lyra e Fiorio (2012) citam a educação física como de extrema importância no desenvolvimento, em especial nos anos iniciais, pois por meio da disciplina são vivenciadas as manifestações da cultura corporal de movimento em sua diversidade. Nestas vivências se têm a oportunidade de experimentar um amplo vocabulário motor que possibilita o aprimoramento tanto dos aspectos físicos, quanto dos cognitivos e sociais.

A partir do reconhecimento da importância do trabalho corporal na escola, um debate tem atravessado a educação brasileira, de modo geral, e a área de educação física em especial: quem deve realizá-lo, o professor de educação física ou professor generalista, que chamarei aqui de unidocente?

Fraga (2005) afirma que o debate acerca das formas pelas quais deve se organizar as aulas e também sobre os conteúdos a serem ministrados pela educação física tem alimentado a velha discussão sobre quem está mais habilitado para condução dessas aulas nas séries iniciais: o unidocente ou o professor especialista de educação física. No entanto, salienta que isso não deveria estar em primeiro plano, já que o mais importante a ser discutido seria a dimensão pedagógica e cultural das práticas corporais e sua inserção nos projetos políticos pedagógicos das escolas, o que fortaleceria mais a presença da área no currículo do que a criação de uma “reserva de mercado”.

Fraga (2005) ainda fala que seria mais produtivo pensar a inserção da educação física de outra forma, pois antes de se discutir quem deve ministrar as aulas seria preciso reivindicar para a área um lugar compatível com os demais componentes curriculares obrigatórios no trabalho escolar cotidiano. Ou seja, antes de se discutir a presença do especialista, deve-se fazer com que a educação física seja vista como uma importante área do conhecimento humano.

Para Fraga (2005), a defesa da exclusão da possibilidade do professor unidocente realizar o trabalho corporal configura um movimento discriminatório, já que acaba por desvalorizar o trabalho do professor unidocente em nome de uma hierarquização de saberes e competências. Nessa lógica, a educação física ficaria entendida como uma tarefa alheia ao universo pedagógico do professor unidocente, fazendo com que a partir do momento em que não se tenha o professor especialista o unidocente deixe de ministrar os conteúdos desse componente curricular. Com isso, teríamos essa recusa amparada por lei e, conseqüentemente, a separação e diferenciação da educação física das demais áreas de conhecimento presentes na escola.

Assim, de acordo com Fraga (2005), a luta para inserir o profissional de educação física nos anos iniciais, simplesmente para cumprir a lei, parece um pouco vaga, já que o caminho mais certo seria tentar introduzir seus profissionais nas intervenções pedagógicas da escola. O autor defende que o fundamental seria garantir a participação do professor de educação física na organização dos diferentes níveis de planejamento, podendo inclusive ter como atribuição a condução das aulas. Com isso, estaria se trabalhando para que a participação da educação física passasse a ser vista não como uma atividade recreativa ou como um descanso para o professor unidocente, mas como um importante componente do projeto político pedagógico da escola.

Freire (1997) aborda a questão da competência, afirmando que o mais importante é garantir que a criança não seja privada do trabalho corporal. Aponta para a necessidade de garantir que tanto a formação do professor de educação física quanto a do unidocente dê conta de fundamentar as especificidades do trabalho corporal nessa faixa etária. Relata então o receio de que a definição da questão seja determinada apenas pela questão econômica.

No entanto, outros autores vêm apontando a dificuldade da realização do trabalho corporal pelos professores unidocentes, fazendo às vezes com que o mesmo não aconteça. Em trabalho sobre a percepção de professores unidocentes sobre a Educação Física, Souza, Moura e Antunes (2016) apresentam dificuldades desses professores para a realização do trabalho corporal.

Na introdução de seu trabalho, a partir de outros estudos, Souza, Moura e Antunes (2016) apontam que os unidocentes não entendem a importância da área, uma vez que não conseguem manter um padrão na organização da disciplina, seja em relação frequência, seja em relação à duração, usando a recreação como principal conteúdo. Acrescentam que muitas vezes o trabalho corporal sequer acontece, tendo como justificativa dos professores a falta de tempo, a carência de conhecimentos específicos e o excesso de trabalho e de atribuições.

Já na pesquisa de campo realizada com 154 professores, os autores observam que na concepção da maioria dos entrevistados a recreação (79,5%) e a formação de atletas (74,6%) são os objetivos principais da educação física, o que demonstra uma perspectiva bastante restrita acerca de quais são os objetivos da educação física. Essa visão faz ainda com que, muitas vezes, os professores unidocentes vejam a participação na educação física como um instrumento para cobrar a disciplina dos alunos, já que 58,8% deles utilizam essa estratégia. Assim, ao mesmo tempo em que reforçam a importância da área (92,8%), associam essa valorização ao gosto dos alunos.

Devide (2002) corrobora o uso da educação física como uma atividade meramente recreativa pelos professores unidocentes a partir da afirmação de uma falta de conhecimentos necessários para o desenvolvimento do trabalho da disciplina. Peres (apud FIORIO E LYRA, 2012) reitera o tratamento dado à educação física como recreação, inclusive nos espaços de formação dos profissionais de pedagogia.

A partir de pesquisa de campo com professores unidocentes, Fonseca e Cardoso (2014) chamam a atenção para as restritas oportunidades de reflexão sobre as especificidades da educação física, fazendo com que as professoras entrevistadas afirmem estarem pouco preparadas para a realização do trabalho corporal. Além disso, relatam que não há política de formação continuada, assim como orientações da secretaria municipal de sua cidade. Novamente, o trabalho desenvolvido acaba por ficar restrito à recreação.

Em estudo com 15 professores unidocentes da rede estadual do Rio Grande do Sul, Fiorio e Lyra (2012) fazem um mapeamento acerca da formação para ministrar educação física nos anos iniciais em um curso de pedagogia. Os resultados apontam que 73% responderam que não se sentiam seguros para trabalhar com a educação física. Corroborando o que verificaram em seu estudo, as autoras citam o trabalho de Darido (2008), no qual os professores unidocentes não se sentem motivados e preparados para trabalhar com educação física.

Segundo Fiori e Lyra (2012) é possível perceber que a maioria dos professores unidocentes não possui conhecimento acerca das diferentes abordagens da área de educação física, confundido-as com os conteúdos tradicionalmente trabalhados na área. Ao final de seu estudo, as autoras afirmam que a formação acadêmica foi insuficiente para que os professores unidocentes sentissem segurança para ministrar aulas de educação física e apontam para a necessidade de que a educação física seja vista de outra forma por estes profissionais, já que não dominam, minimamente, as especificidades da área.

A partir desse breve panorama dos estudos e reflexões realizados na área, buscarei então investigar como vem se desenvolvendo o trabalho corporal, após a retirada dos

professores especialistas, nos primeiros anos do ensino fundamental rede municipal de Magé/RJ.

2. OBJETIVOS

Objetivo Geral

Verificar como vem sendo realizado o trabalho corporal nas turmas de primeiro segmento do ensino fundamental após a retirada dos professores de educação física pela prefeitura de Magé.

Objetivos Específicos

Identificar a visão dos professores unidocentes sobre o trabalho corporal a ser desenvolvido nos anos iniciais do ensino fundamental.

Verificar se há e quais são as orientações da Secretaria municipal de Magé para o trabalho corporal nas turmas de primeiro segmento do ensino fundamental nas escolas em que foram retirados os docentes educação física.

Averiguar as experiências dos unidocentes com os professores de educação física antes da retirada dos mesmos.

Mapear o posicionamento do unidocente frente as dificuldades e possibilidades de efetivação do trabalho corporal, após a retirada dos docentes de educação física.

3. METODOLOGIA

A metodologia foi de caráter qualitativo. A pesquisa foi realizada com professores unidocentes do primeiro segmento do ensino fundamental da prefeitura de Magé que tiveram a oportunidade de dividir turma com professor especialista de educação física, por pelo menos um ano, e agora trabalham com as turmas sem a presença do mesmo.

Foi utilizado um questionário semi-estruturado, com questões abertas, por meio do qual foram entrevistadas cinco professoras. A partir da realização dessas entrevistas busquei averiguar quais as consequências da retirada dos docentes de educação física na forma como vem sendo efetivado, ou não, o trabalho corporal com os alunos.

Inicialmente, não havia um número pré-determinado de entrevistas a serem realizadas, mas a opção por determinar este número a partir do que fosse sendo encontrado nas falas dos entrevistados. Com o andamento das entrevistas, foi surgindo uma repetição de falas que apontava para alguns efeitos possíveis, capazes de produzir análises e reflexões acerca do objetivo proposto pela pesquisa. Considerando que não havia a pretensão de universalização frente ao que pudesse vir a surgir na investigação, o número foi fechado em cinco entrevistadas (RIBEIRO; SOUZA; LOBÃO; 2018)

É preciso ressaltar que, desde o princípio, também não havia a pretensão de descobrir uma “verdade absoluta” acerca dos efeitos da retirada dos docentes de educação física sobre o trabalho corporal, mas apontar alguns desses efeitos possíveis a partir das falas trazidas pelas docentes. Nessa lógica, como já foi dito, não havia a pretensão de afirmar que os efeitos são os mesmos em todas as escolas da rede municipal de Magé, universalizando o que foi visto em contextos locais para todas as demais escolas. Assim, é preciso reiterar que os “dados” trazidos por este trabalho são locais, contextualizados em algumas das escolas da rede municipal de ensino de Magé/RJ, especialmente em três delas, nas quais trabalham as cinco docentes entrevistadas¹.

Isso não significa dizer que os dados e análises aqui realizados sejam de menor importância, já que, de acordo com Costa (2007), conhecer não significa descobrir “a verdade absoluta” sobre um determinado objeto, verdade essa que poderia vir a ser aplicável a todas as situações supostamente semelhante, mas compreender as relações de poder que o constituem. Nessa lógica, fundamental seriam as interrogações (e reflexões) que podem vir a ser formuladas. Nesta perspectiva, são apresentadas algumas análises e discussões acerca dos efeitos produzidos, sobre o desenvolvimento do trabalho corporal,

¹ Uma das cinco docentes entrevistadas trabalha com educação especial e seu trabalho não fica concentrado em uma única escola apenas.

pela retirada dos professores de educação física das turmas de primeiro segmento do ensino fundamental.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foram entrevistadas cinco professoras unidocentes que trabalham na rede municipal de Magé, com turmas de primeiro a quinto ano do ensino fundamental, em três escolas distintas. Todas são concursadas e trabalharam com um professor especialista de educação física, ao menos por um ano, antes da retirada dos mesmos das turmas de primeiro segmento do ensino fundamental, ao final do ano letivo de 2016.

A professora A possui 17 anos de magistério e 5 anos na rede municipal de Magé, desde o início na mesma unidade escolar. Sua formação é em curso Normal.

Já a professora B possui 4 anos de magistério, todos eles na rede municipal de Magé. Tem em sua formação o curso normal e está cursando a faculdade de Pedagogia.

A professora C possui formação em Pedagogia e tem 5 anos de magistério e de rede em Magé.

A professora D tem formação em curso normal e está concluindo o curso de pedagogia. Possui experiência de 15 anos no magistério, sendo 5 deles na rede municipal de Magé.

A professora E é formada no curso normal desde 1986 e está concluindo o ensino superior em pedagogia, entrou na rede municipal em 1987, tendo ficado 5 anos afastada. Há 9 anos trabalha com educação especial.

Todas as entrevistadas afirmaram a importância do trabalho corporal para a formação dos alunos.

A professora A chama a atenção para o despreparo que as crianças apresentam em relação a valências como lateralidade e coordenação motora fina.

A professora B ressalta que o trabalho corporal é importante, pois ajuda em outras habilidades que o aluno precisa desenvolver. Segundo ela “o conhecimento do corpo, precede o conhecimento do conteúdo que é obrigatório” (ENTREVISTA B, 2018). Esta professora também valoriza a consciência do corpo e a socialização, como elementos auxiliares a aprendizagem dos conteúdos que eles terão em sala de aula.

Para a professora C essas atividades mexem não só com o corpo, mas são importantíssimas para a mente, pois causam a sensação de bem estar nas crianças, refletindo na sala de aula onde os alunos ficam mais ativos. Considera ainda que o trabalho corporal contribui para a aprendizagem.

A professora D salientou a importância desse trabalho para o desenvolvimento motor e físico da criança nesta faixa etária. Na sua visão, o trabalho com jogos é fundamental para o desenvolvimento da atenção. Afirma ainda que o trabalho com o professor especialista supre necessidades que quase não são trabalhadas em sala de aula devido à falta de tempo.

A professora E afirmou a importância do trabalho corporal no primeiro segmento, dando ênfase aos trabalhos para aprimoramento da lateralidade e da coordenação, entre outros aspectos que possibilitariam o desenvolvimento motor das crianças.

As entrevistas deixam patente que há um reconhecimento da importância do trabalho corporal, apesar da definição do que seria o mesmo aparecer de forma difusa, na maioria das vezes associada à ideia de desenvolvimento motor. Também se fez presente a concepção de que o trabalho corporal seria um dos meios facilitadores para o trabalho cognitivo, defendida por algumas das correntes da área de educação física, mas contestada por outras.

Entretanto, em situação semelhante ao que foi apontado por Souza, Moura e Antunes (2016), fica patente que há uma visão restrita das possibilidades de atuação da educação física, pois não aparecem, por exemplo, menções ao desenvolvimento das capacidades físicas, muito difundida no senso comum e, tampouco, uma perspectiva de socialização dos conhecimentos da cultura corporal.

Em relação à experiência que cada unidoceinte teve com o especialista em educação física, a professora A relata que teve pouco contato com o seu trabalho, já que o professor levava a turma para a quadra, na qual, segundo relato dos alunos, eram feitas as atividades como futebol e queimada, ao final a turma voltava para a sala.

As professoras B e C descrevem que o trabalho era realizado uma vez por semana, 50 minutos por turma. A professora C fala que as atividades aconteciam na quadra ou no pátio e deixavam a turma muito agitada. Menciona que muitas vezes era até difícil inserir algum outro conteúdo depois da aula de educação física. Já a professora B considera que o tempo era muito reduzido e o local inadequado, pois não possuíam uma quadra. Relata que na maioria das vezes eram propostos jogos coletivos, dos quais alguns alunos ficavam excluídos, e que os alunos gostavam muito por ser um momento de liberdade que dificilmente eles poderiam ter em sala de aula. Sobre o conteúdo ofertado ela disse não ter acesso. A professora B afirma que a interação só acontecia em momentos que a escola promovia trabalhos em conjunto. Já a C relata que a interação era frequente, que conversava com o professor acerca do comportamento dos alunos na aula de educação física e também nas aulas regulares. Menciona que o professor especialista dava um panorama do trabalho realizado nas reuniões.

A professora D cita que tomava conhecimento do trabalho do professor de educação física por meio dos relatos dos alunos. Relata que o contato direto com o professor era difícil, em função do tempo, mas que os alunos comentavam que as atividades eram dinâmicas, com muito trabalho de desenvolvimento motor, jogos de atenção e coordenação espacial. Relata que utilizava o tempo em que a turma estava com o especialista para fazer

planejamento, e que o pouco contato ocorria nos conselhos de classe, quando o professor falava sobre a sua experiência com os alunos.

A professora E teve uma experiência com o professor de educação física no ano de 2015, quando já trabalhava com a classe especial. Na ocasião, era disponibilizado um período para o trabalho com o professor. Na sua percepção, o trabalho gerava uma imensa alegria, presente no olhar das crianças. Relata que esta era a primeira experiência dessas crianças, da classe especial, com a educação física, produzindo um resultado notório. A integração com o professor educação física era constante, já que permanecia com os alunos enquanto era realizado o trabalho. Na visão da professora os efeitos em sala de aula eram significativos. Como exemplo cita uma experiência com um aluno com síndrome de Down que a partir desse contato passou a perceber seu local de sentar, aprimorou a noção de lateralidade e teve uma grande melhora de comportamento. Na sua visão, os alunos consideravam aula de educação física como um presente.

Pelos relatos apresentados, com exceção da professora E que possui uma situação diferenciada, já que é requerido que ela acompanhe o trabalho do professor de educação física, a integração entre o professor unidocente e o especialista é praticamente inexistente. Dessa forma, além de impossibilitar o desenvolvimento de um trabalho integrado também se perdeu uma oportunidade para que as professoras unidocentes conhecessem o trabalho corporal e aprimorassem a sua formação.

Aqui aparece uma dificuldade em relação ao que foi proposto por Fraga (2005) acerca da integração do professor de educação física no planejamento do trabalho pedagógico, ao invés de excluir totalmente possibilidade do trabalho corporal ser ministrado pelo unidocente. Nas entrevistas fica patente que a educação física já é tratada de forma diferente das outras disciplinas, e que não há uma busca de integração e/ou aproveitamento dos conhecimentos do professor de educação física para aprimorar o trabalho corporal a ser realizado na escola, seja pela secretaria de educação ou pela própria escola. Levando em consideração o que foi dito pelas docentes, a inserção da educação física como um importante componente do projeto pedagógico da escola seria de difícil efetivação, considerando a integração atualmente inexistente.

Assim, cabe reiterar que não há uma orientação da escola para que esta integração aconteça. Pelos relatos, o pouco de integração só ocorria em função de uma atividade pontual, em conselhos de classe, e reuniões, mas sem a garantia de que houvesse uma troca efetiva. O único caso em que aconteceu uma troca um pouco maior, em conversas sobre os alunos, foi devido à iniciativa dos docentes diretamente envolvidos.

É importante dizer ainda que muito do que as professoras sabem sobre o trabalho dos professores especialistas se dá a partir do relato dos alunos. Assim, o que aparece,

majoritariamente, são os esportes e jogos mais conhecidos e atividades ligadas ao desenvolvimento motor.

Quando perguntada sobre orientações para a realização ou não das atividades corporais, a professora B diz não ter conhecimento de nenhuma orientação da secretaria municipal de Magé. Menciona que a direção da escola ressalta a importância do trabalho corporal, mas deixa o trabalho totalmente a cargo do unidocente, sem nenhuma orientação específica como frequência semanal ou duração da atividade. Em relação as suas práticas sobre o tema, a professora B diz que dificilmente prepara atividades voltadas para o trabalho corporal, já que o conteúdo das outras disciplinas demanda muito tempo. Diz ter dificuldade em trabalhar com turmas agitadas e que não há um trabalho especificamente voltado para o corpo, somente algumas atividades despreziosas, sem objetivos específicos.

A professora A também fala que tanto a escola quanto a prefeitura a deixam livre, não determinando ou indicando diretrizes a partir das quais o trabalho corporal pudesse vir a ser realizado. Na sua fala: “O professor decide o que vai fazer (...), mas a prefeitura e a escola deixam livre pra gente utilizar o que achar” (ENTREVISTA A, 2018). Relata que o excesso de conteúdo a ser ministrado não permite que ela realize atividades fora de sala de aula, em especial na quadra. Fala de suas preocupações em relação à coordenação motora dos alunos, destacando em especial o desenvolvimento da lateralidade. Na busca de efetivar alguma ação que propicie aos alunos esse desenvolvimento afirma buscar trabalhar algumas atividades dentro da própria sala de aula, trabalhando, de alguma forma, os aspectos que considera como importantes.

A Professora C diz que uma vez por semana, pelo menos, tem o hábito de tirar os alunos da sala de aula para a realização de uma recreação, mesmo sem receber nenhuma orientação específica. Na opinião da professora só o especialista teria condições de desenvolver o trabalho, pois considera que não domina o conhecimento necessário. Nas palavras da professora: “a gente não tem conhecimento dentro da educação física, mas a gente faz jogos e brincadeiras voltadas ao lúdico, mas voltado ao físico, não. Fazemos jogos em sala, mas o corporal, não” (ENTREVISTA C, 2018).

Já a professora D diz não haver uma carga horária específica, que já houve anteriormente. Diz que recebe uma orientação para realizar recreação com os alunos e afirma que procura trabalhar alguma necessidade a ser desenvolvida em local externo a sala de aula. Relata que o trabalho realizado fica a critério do professor e que, no seu caso, utiliza muito a música.

A professora E diz não conhecer orientações específicas para o trabalho de educação física. Destacando a especificidade do trabalho com a classe especial que, inclusive, não possui um plano anual, afirma que busca trabalhar em cima das dificuldades

apresentadas durante o ano letivo. Entende que dentre essas dificuldades estão às relacionadas a educação física, fazendo com que o trabalho corporal específico da área seja realizado de forma indireta. Cita como exemplo a utilização de atividades com bambolês e de corridas com mudança de direção, pois acredita que essas atividades estão dentro do trabalho específico da educação física, mas também compõem o foco da educação especial.

As entrevistas apontam para uma ausência de orientações, seja da secretaria de educação ou da escola, já que quatro informaram não terem recebido orientação nenhuma e uma recebeu a orientação somente para realizar recreação, ou seja, não houve nenhuma orientação sobre planejamento, ou indicação acerca da forma de inserção do trabalho corporal em suas práticas pedagógicas. Pontuam que têm total liberdade para realizá-las quando acharem necessário, não havendo, inclusive, a indicação de um conteúdo programático a ser seguido. Fica patente que o pouco trabalho realizado acontece por iniciativa isolada de cada docente e, muitas vezes, está voltado para o aspecto lúdico, ou seja, um momento de descontração, sem associação a objetivos e sem um planejamento.

Essas observações se assemelham ao que foi apresentado nos trabalhos anteriormente discutidos. Souza, Moura e Antunes (2016), apontaram para a falta de sistematização e organização que viesse a garantir um trabalho efetivo, prejudicando o reconhecimento da importância da presença da educação física como componente curricular. Além disso, também fica patente a frequente utilização do trabalho corporal como um momento de pura recreação, da mesma forma como demonstrado no trabalho dos autores anteriormente citados, e também nos textos de Devede (2002) e Peres (apud FIORIO E LYRA, 2012).

A partir das entrevistas foi possível constatar que a maioria das professoras sente falta de conhecimentos mais aprofundados, específicos, para ministrar o trabalho corporal. Em relação à preparação a professora A diz que na formação teve uma disciplina chamada recreação dirigida, onde faziam brincadeiras, mas que o tema não era muito aprofundado.

A professora B relata que na sua formação normal a educação física era voltada para datas comemorativas e apresentações. Já no curso superior em pedagogia o tema foi abordado somente em um seminário realizado no 2º período, mas sem aprofundamento.

A professora C diz que a educação física sempre foi muito ligada à recreação na sua formação, ao seu sentido lúdico. Em relação à parte física, motora, ela diz não se sentir preparada, pela falta de conhecimento específicos, como de anatomia. Teme que um trabalho mal realizado possa causar algum tipo de lesão nas crianças, em função dessa falta de preparo.

A professora D diz se sentir preparada. Relata que pesquisa sempre, que lê bastante, por sua própria iniciativa. Afirma que na formação ocorre a preparação, mas que só trabalha quem quer. Diferencia a preparação no curso normal, mais voltada à parte prática, da preparação na formação superior, na qual se aprende mais sobre a parte burocrática.

Já a professora E diz que no curso normal teve algum conteúdo relacionado à educação física, e que no curso superior ainda terá, mas afirma que o trabalho deveria ser feito pelo professor especialista. Relata que busca reunir condições para realizar o trabalho, pesquisando na internet, observando atividades voltadas para educação física, mas que isso não se equipara a ter o especialista. Assim, apesar do seu empenho no sentido de realizar o trabalho corporal considera que o mesmo não atende às necessidades específicas ligadas a educação física, para as quais o especialista teve uma preparação e ela não. De acordo com a professora

“o professor de educação física sabe, tem um olhar diferenciado... Quanto ele olha, sabe que um aluno precisa de uma determinada atividade, e que o outro precisa de um outro tipo de atividade... A gente não tem esse olhar tão diferenciado quanto o professor de educação física... A gente faz atividade, mas não é igual ao professor de educação física” (ENTREVISTA E, 2018).

Como foi visto nos trabalhos de Fiorio e Lyra (2012) e Fonseca e Cardoso (2014), as entrevistas realizadas demonstraram que as docentes não se sentem preparadas para realizar o trabalho corporal. As falas apontaram para uma formação insuficiente, tanto no curso normal, que muitas vezes apareceu referida à recreação, quanto no ensino superior, no qual o tema é muito pouco abordado, ou até mesmo ignorado. Esse dado acaba por ser relevante ao se pensar na observação feita por Freire (1992) quanto ao domínio da fundamentação necessária para realizar o trabalho corporal, já que as entrevistas reiteram a grande dificuldade em obter essa fundamentação na formação das professoras unidocentes.

Buscando comparar o trabalho feito pelo especialista com o desenvolvido pelas próprias entrevistadas reaparecem com força as dificuldades de levar a cabo à tarefa e o desejo de contar novamente com o especialista.

A professora A enfatiza que a prefeitura a deixa livre para realizar as atividades, e que de alguma forma reconhece que esse trabalho tem limites, já que acontece dentro dos seus conhecimentos, que não são os mesmos do especialista.

No entendimento da professora B, não há um trabalho efetivo sendo realizado atualmente. Segundo ela “não há comparação, porque não tem trabalho sendo feito hoje. Então só tenho referência do trabalho que era feito antes” (ENTREVISTA B, 2018). Afirma que sente falta. Aponta que o trabalho da educação física desenvolve um sentimento de

coletividade, percebido claramente na turma, embora às vezes as atividades competitivas ficassem em primeiro plano. Na sua visão, os alunos tinham uma melhor ideia de grupo. Hoje sem as aulas de educação física ela sente os alunos mais individualistas. Lamenta então pela saída da disciplina, inclusive pelas vagas que os professores deixam de ocupar, mas principalmente por aquele momento específico, onde as crianças trabalhavam a socialização, a cooperação. Afirma que embora continue realizando atividades em sala, não considera que essas possuam a mesma forma lúdica que a educação física propõe.

A professora C relata que após a saída do professor especialista não houve mais apoio para a educação corporal. Considera o trabalho realizado pelo especialista mais completo, tanto pelo preparo quanto pela falta de hábito das unidocentes. Afirma que o trabalho tem realmente que ser realizado pelo professor de educação física e ressalta que os alunos foram os maiores prejudicados, já que perderam um importante elemento para a sua formação, retirado de forma brusca. Como principais aspectos perdidos em função da retirada cita o trabalho com o próprio corpo, de forma geral, e a interação com os outros colegas. Diz ainda que desde que se entende por gente, sempre houve a educação física nas escolas.

A professora D reitera a importância do trabalho com as atividades básicas, como lateralidade, andar sobre uma linha, o movimento propriamente dito, já que isso deve vir da base. Lamenta que existam alunos que chegam no 4º ano sem o domínio desses movimentos. Defende que o trabalho deveria se iniciar na educação infantil, mas percebe que o governo não valoriza muito isso. Enfatiza que o trabalho atualmente fica muito a critério do professor unidocente, fazendo com que só aconteça se o docente quiser.

A professora E mais uma vez enfatiza que os trabalhos não serão a mesma coisa, já que o professor especialista com quem teve contato na educação especial trabalhava como parceiro, complementando um ao outro. Dessa forma, enquanto o especialista atuava com um aluno específico ela ajudava com o controle dos outros. Afirma sentir muita falta do professor de educação física, já que considera cada professor como fundamental, tendo cada docente um foco específico, centrado na qualidade específica de seu trabalho. Ainda sobre o professor especialista diz que apesar da liberdade que recebe para realizar as atividades, não considera que o trabalho seja equivalente, já que o especialista estudou para aquilo e tem mais propriedade sobre o trabalho específico.

Mais uma vez, as entrevistas mostram a dificuldade de realização, ou até mesmo a não realização, do trabalho corporal pelas professoras unidocentes. Dessa forma, reiteram o que foi visto anteriormente nos trabalhos apresentados na introdução deste texto.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho foi possível perceber que o trabalho corporal é considerado fundamental pelas professoras entrevistadas, corroborando o que diz a literatura acadêmica e também outras pesquisas. A partir das entrevistas ficou patente que para as professoras as atividades relacionadas às práticas corporais/educação física contribuem para o desenvolvimento dos alunos tanto em relação aos aspectos motores quanto em relação à aprendizagem dos demais conteúdos.

Entretanto, as entrevistas também demonstraram que esta crença não é suficiente para garantir a realização do trabalho, mesmo com a ciência de que a não disponibilização das aulas de educação física/trabalho corporal acaba por prejudicar os alunos.

Assim, apesar de alguns autores da área de educação física apontarem que a disciplina no primeiro segmento do ensino fundamental não precisa, necessariamente, ser ministrada por um professor especialista, o universo da pesquisa apontou a grande dificuldade de realização deste trabalho pelo professor unidocente, como também ocorreu em outras investigações.

Complicando ainda mais esta situação foi possível observar que a prefeitura de Magé/RJ, ao retirar de forma brusca todos os professores de educação física das turmas de primeiro segmento do ensino fundamental, não se organizou para apoiar os unidocentes. Afinal, os relatos apontaram para a ausência de orientações acerca do trabalho, seja de frequência semanal, carga horária, objetivo, conteúdo e método de trabalho.

Assim, em um contexto no qual as professoras têm total liberdade para organizar o trabalho como lhe convier e de acordo com o preparo e a formação que adquiriram por conta própria, sobressai a insegurança e a sensação de despreparo em função da insuficiência de formação para a tarefa. Com isso, quando acontece, já que os relatos da não realização sistemática aparecem com clareza, o trabalho se fundamenta no esforço individual de cada professora e em concepções restritas do que seria a educação física, mais comumente como um tempo livre, de lazer.

Desta forma, no universo da pesquisa, a valorização do trabalho corporal e da educação física como componente curricular, apontada em discussões da área, acaba por não ocorrer efetivamente na prática cotidiana. Melhor dizendo, não se materializa no trabalho com os alunos, mas somente nos relatos das unidocentes, que reiteradamente afirmam sentir a falta do professor especialista para que o trabalho corporal seja realizado de forma adequada.

6. REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei 9394** de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-publicacaooriginal-1-pl.html>
- BRASIL. **Lei 10328**, de 12 de dezembro de 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10328.htm
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Básica (Brasil) **Parecer 11** de 07 de julho de 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6324-pceb011-10&Itemid=30192
- COSTA, M. V. Novos olhares na pesquisa em educação. In: COSTA, M. V. (org) **Caminhos Investigativos I: novos olhares na pesquisa em educação**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.
- DARIDO, S. C.; RANGEL, I. **Educação Física na Escola: implicações para a prática pedagógica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.
- DEVIDE, F. P. Educação Física no primeiro segmento do Ensino Fundamental: contribuições para um debate. **Motrivivência**. Florianópolis. N. 19. p. 1-7, dez 2002.
- FIORIO, K.; LYRA, V. B. Educação Física nos anos iniciais do ensino fundamental: um olhar sobre a formação profissional em um território contestado. **IX ANPESUL Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul**. Caxias do Sul. 2012.
- FONSECA, D. G.; CARDOSO, L. T. Educação Física do Ensino fundamental: a questão da unicodência. **Revista Kinesis**. Santa Maria. ed 32 vol.1, jan-jun 2014.
- FRAGA, A. F. Educação Física nos primeiros anos do ensino fundamental brasileiro. **Revista Digital**. Buenos Aires, Año 10, N. 90, Nov./2005.
- FREIRE DA SILVA, J. B. **Educação de corpo inteiro**. São Paulo: Scipione, 1992.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGÉ. **Lei 2326/16**. Disponível em: https://www.mprj.mp.br/documents/20184/174657/mage_lei2.267_15_planomunicipaldeeducacao.pdf
- RIBEIRO, J.; SOUZA, F.N; LOBÃO, C. Editorial. **Revista Pesquisa Qualitativa**. São Paulo (SP), v.6, n.10, p. iii-vii, abr. 2018
- SOUSA, B. S.; MOURA, D. L.; ANTUNES, M. M. A percepção de professores polivalentes regentes do ensino fundamental sobre a educação física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. V. 38 n.4. p. 376-383, out-dez 2016.